

LUCIANA APARECIDA LOTTO

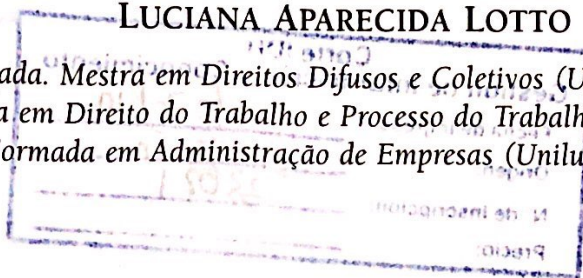
**AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA
CONTRA O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL**

2ª EDIÇÃO

LT^R

LUCIANA APARECIDA LOTTO

Advogada. Mestra em Direitos Difusos e Coletivos (Unimes/Santos).
Pós-graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (EPDS-São Paulo).
Formada em Administração de Empresas (Unilus/Santos).



AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

2ª Edição

Corte IDH
Gestión de Información
y Conocimiento

LTR®

Sumário

Apresentação à 2ª Edição	13
Apresentação à 1ª Edição — Adriana Calvo.....	15
Prefácio à 1ª Edição — Ricardo Verta Luduvise.....	17
Introdução.....	19
Capítulo 1 — Escravidão no Brasil — Âmbito de Incidência	21
1.1. Escravidão indígena.....	21
1.2. Escravidão negra.....	26
1.2.1. Normas da abolição da escravidão negra e respectivos acontecimentos históricos e econômicos	29
1.3. Escravidão contemporânea — quem é o escravo e o escravocrata?	31
1.3.1. Amplitude da expressão “trabalho escravo”	35
1.3.2. Causas da escravidão contemporânea	35
1.3.3. Características e modalidades	37
1.4. Escravidão infantil na zona rural.....	38
1.5. Escravidão por dívida (servidão por dívida, <i>truck system</i> ou sistema de barracão). ..	40
1.6. Escravidão urbana do imigrante irregular	45
Capítulo 2 — Regime Jurídico de Proteção ao Trabalho e Formas de Combate à Escravidão Contemporânea.....	51
2.1. A Constituição Federal de 1988	51
2.2. Declaração dos Direitos Humanos — Convenção da ONU.....	53
2.2.1. Pactos internacionais, Convenção Americana sobre direitos humanos e protocolo adicional à convenção das nações unidas contra o crime organizado transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças — ONU	54
2.3. Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	57
2.4. Consolidação das Leis do Trabalho (Lei Ordinária) e Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho (NRs).....	59

2.5. Código Penal Brasileiro e suas alterações	64
2.6. Instrução normativa, Termo de Compromisso, Portarias, Resoluções e Decretos	68
2.7. Medida Provisória n. 74 — Convertida na Lei n. 10.608/2002	72
2.8. Programa Governamental: Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo	73
2.8.1. Primeiro Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo	73
2.8.2. Segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo	75
2.9. Plano MDA/INCRA para a Erradicação do Trabalho Escravo.....	77
2.10. Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC)	79
2.10.1. Emenda Constitucional n. 81/14, aprovada em 27.5.2014.....	81
2.11. Consolidação das Leis do Trabalho Escravo	82
2.12. Atualização da Legislação do item 2.11.....	85
Capítulo 3 — Tutela dos Interesses Metaindividuais na Justiça do Trabalho	87
3.1. Interesses difusos.....	87
3.1.1. Escravidão — interesse difuso.....	88
3.2. Interesses coletivos	90
3.3. Interesses individuais homogêneos	91
3.4. A importância do Inquérito Civil e do Termo de Ajuste de Conduta no combate ao trabalho escravo	92
Capítulo 4 — Ação Civil Pública Trabalhista (ACPT).....	99
4.1. Origem.....	99
4.2. Competência material, funcional e territorial.....	100
4.3. Finalidade e objeto	101
4.4. Dano moral coletivo e sua destinação.....	103
4.5. Legitimidade (ativa e passiva) e litisconsórcio	103
4.6. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e Inquérito Civil	104
4.7. Rito processual.....	105
4.8. Liminar e efeitos da sentença.....	105
4.9. Pedidos na ACPT	105
4.9.1. Pedido de dano existencial	107

5.3. Parceiros do MPT.....	113
5.4. Petição inicial do MPT — dano moral (jurisprudências).....	113

Capítulo 6 — Dados estatísticos sobre o trabalho escravo no Brasil, segundo informações da OIT, SIT/MTE e ONG Reportagem Brasil, por meio de gráficos elucidativos.....	117
--	------------

6.1. Dados Estatísticos – Período: 2001 a 2005	117
--	-----

6.2. Dados Estatísticos – Período atual	131
---	-----

Capítulo 7— Análise da eficácia da ACPT na erradicação do trabalho escravo no Brasil	136
---	------------

7.1. Eficácia ou não da ACPT no combate ao trabalho escravo com temporâneo?... ..	138
---	-----

7.2. A conscientização como forma de combater a escravidão.....	138
---	-----

Conclusão	145
------------------------	------------

Bibliografia.....	147
--------------------------	------------

Anexos

I, II,III e IV – Tabela MTE do resultado da fiscalização do trabalho (2005, 2006, 2007 e quadro comparativo 2003 a 2014)	151
--	-----

V – Protocolo de 2014, da 103ª Conferência da OIT em 11.6.2014, Texto original (inglês) e tradução (português)	154
--	-----

VI – Exercícios de provas de concurso do MPT.....	163
---	-----

VII – Exercícios de provas de concurso da Magistratura do Trabalho	181
--	-----

(1) disponível em: <http://repositorio.oit.org.br/2014/01/organizacao-internacional-oit-2014-103a-conferencia-contra-o-trabalho-escravo/> acessado em 9 fev 2015.

(2) Adorno J. André, p. Porto Alegre: Sergio Augusto Fabris, 1993, p. 19.